

AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE URBANISMO EM ANÁPOLIS, GO: AGENTES, PRÁTICAS E INFRAESTRUTURAS.

EARLY URBANISM IN ANÁPOLIS, BRAZIL: AGENTS, PRACTICES, AND INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT.

Wilton de Araujo Medeiros, Doutor, Universidade Estadual de Goiás/CET/Arquitetura e Urbanismo, wilton@ueg.br
Lucas Gabriel Corrêa Vargas, Mestre, Universidade Estadual de Goiás/CET/Arquitetura e Urbanismo, lucascvargas@ueg.br

Resumo: Este trabalho busca investigar as primeiras experiências de urbanismo e urbanização em Anápolis, Goiás, no início do século XX, momento de consolidação de sua condição urbana após a emancipação política em 1907. A pesquisa se debruça sobre a atuação de agentes públicos e profissionais técnicos envolvidos nas primeiras obras de infraestrutura urbana, considerando os impactos das mudanças políticas, institucionais e territoriais ocorridas no Brasil durante a Primeira República. Parte-se do pressuposto de que, mesmo em contextos interioranos e marcados por limitações materiais e institucionais, como era o caso de Anápolis, havia práticas de planejamento e intervenção urbana articuladas entre autoridades locais e saberes técnicos emergentes. O objetivo é compreender como se estruturaram as ações voltadas à construção do espaço urbano, quem foram os principais atores envolvidos e quais práticas e estratégias foram utilizadas. A partir do levantamento de fontes documentais, atas da Intendência Municipal e registros iconográficos, identificaram-se práticas sistemáticas de urbanização, com ênfase na construção de vias, praças, obras hidráulicas e na organização dos espaços centrais da cidade. Conclui-se que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por um urbanismo incipiente, porém ativo, revelando um processo de modernização urbano-local protagonizado por intendentes, engenheiros, construtores e burocratas municipais.

Palavras-chave: Urbanismo. Anápolis. Primeira República. Agentes públicos. Infraestruturas urbanas.

Abstract: This study investigates the early experiences of urbanization in Anápolis, Goiás, during the early twentieth century, a period marked by the consolidation of its urban condition following its political emancipation in 1907. The research focuses on the role of public agents and technical professionals involved in the initial urban infrastructure works, taking into account the impact of political, institutional, and territorial changes in Brazil during the First Republic. It assumes that, even in inland contexts with limited material and institutional resources, such as Anápolis, there were emerging planning practices and urban interventions coordinated by local authorities and technical knowledge. The main objective is to understand how actions aimed at shaping the urban space were structured, who the key actors were, and which strategies were employed. Based on documentary sources, municipal council minutes, and iconographic records, the study identifies systematic urbanization practices, with emphasis on the construction of roads, public squares, hydraulic works, and the organization of central urban areas. It concludes that the early decades of the twentieth century were marked by an incipient yet active urbanism, revealing a process of local urban modernization led by intendants, engineers, builders, and municipal bureaucrats.

Keywords: Urbanism. Anápolis. First Brazilian Republic. Public agents. Urban infrastructures.

INTRODUÇÃO

A história da urbanização de Anápolis, situada no estado de Goiás, revela um processo de transformação que, embora siga uma trajetória comum a muitas cidades brasileiras, possui particularidades que merecem atenção. Fundada como um pequeno arraial nas proximidades de Pirenópolis, Anápolis foi emancipada em 1907, quando iniciou sua jornada rumo ao *status* de cidade (Borges, 1975 e Ferreira, 1979). No entanto, foi nas primeiras décadas do século XX, que a cidade se tornou um polo comercial de grande importância para a região Centro-Oeste do Brasil, devido à sua posição estratégica no entrelaçamento das vias de transporte que conectavam diversas regiões do estado.

A chegada da Estrada de Ferro Goiás, em 1935, e a proximidade com a futura capital estadual, Goiânia, que seria inaugurada em 1938, aceleraram os processos de modernização e urbanização (Polonial, 1995). A cidade, até então caracterizada por um espaço urbano fragmentado e com uma infraestrutura limitada, viu-se diante de um novo cenário a partir da década de 1930, marcado por um aumento significativo nas demandas por serviços públicos e melhorias na infraestrutura (Vargas, 2015).

Essa fase de crescimento acelerado trouxe à tona a questão central deste estudo: quem foram os agentes responsáveis por transformar o espaço urbano de Anápolis e de que maneira a atuação desses indivíduos, além das políticas públicas em vigor, contribuíram para a formação do perfil urbano da cidade? A discussão deste estudo busca responder a essa questão, centrando-se nas primeiras intervenções urbanísticas realizadas entre as décadas de 1910 e 1940.

A reflexão sobre os agentes urbanos de Anápolis não se limita à identificação dos indivíduos diretamente envolvidos nas obras, mas também abrange o contexto mais amplo de como esses profissionais, ainda que sem formação acadêmica específica em urbanismo, contribuíram para o planejamento e execução das primeiras obras de infraestrutura.

Isso nos leva a uma análise das condições em que as obras foram conduzidas: quais recursos materiais estavam disponíveis? Quais eram os métodos e as práticas adotadas? E como a política municipal e estadual interferiu nesse processo?

A ausência de uma formação especializada em face de um planejamento urbano, muitas vezes, precário resulta em um cenário em que as intervenções são, por vezes, improvisadas e reativas sem uma visão integradora do espaço urbano.

É importante ressaltar que, no início do século XX, a arquitetura e o urbanismo ainda estavam em fase de consolidação no Brasil, tanto no que diz respeito às ideias que sustentavam o planejamento das cidades quanto na relação deste com a esfera pública, concernentes ao crescimento urbano (Faria, 2013). Por isso, nesse período não se pode pensar em urbanismo sem o pano de fundo dos processos de urbanização como partes do contexto. As primeiras iniciativas urbanísticas em Anápolis refletem, portanto, esse momento de transição, em que a cidade ainda era marcada pela ausência de uma rede institucionalizada de técnicos especializados. (Rézio, 2015).

Ou seja, o papel dos engenheiros, arquitetos e outros profissionais da área da construção não pode ser analisado sem considerar as limitações impostas, sejam pela formação ainda incipiente dessas áreas no país, sejam pelas limitações inerentes a uma cidade do interior. Além disso, o contexto político e econômico nacional teve um impacto direto nas transformações urbanas locais. A mudança da capital do estado da cidade de Goiás para Goiânia, em 1938, por exemplo, é um marco na história do estado e, conseqüentemente, de Anápolis. Essa decisão política, que visava aproximar o centro político do estado do eixo Rio-São Paulo, repercutiu nas dinâmicas urbanas da cidade, que, embora não tendo sido diretamente afetada pela transferência da capital, passou a ser influenciada pelos novos fluxos de investimentos e pela modernização do estado.

Esse cenário mais amplo de modernização se reflete na crescente presença de iniciativas que buscavam dar um novo perfil à urbanização de Anápolis, visíveis na melhoria da infraestrutura, das vias e espaços públicos, e nos primeiros projetos de saneamento.

O objetivo deste trabalho é compreender como as primeiras obras de urbanização de Anápolis, no início do século XX, foram concebidas e executadas, e as possíveis transformações políticas e econômicas da época que influenciaram esse processo. O estudo se propõe a examinar as condições e os agentes responsáveis por essas intervenções, analisando as implicações para o desenvolvimento urbano da cidade e as consequências para sua estruturação como um centro urbano de importância crescente no interior de Goiás.

A partir disso, busca-se também discutir a relação entre a urbanização e as políticas públicas mais amplas, além de destacar o papel de Anápolis no processo de modernização que caracterizou o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Com isso, a análise das primeiras intervenções urbanísticas em Anápolis, suas condições, os

profissionais envolvidos e as dinâmicas políticas da época, oferece uma contribuição importante para o entendimento das origens do urbanismo na cidade e suas implicações para o desenvolvimento regional.

MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento deste estudo envolveu uma pesquisa qualitativa, focada na análise histórica e documental das primeiras intervenções urbanísticas realizadas na cidade de Anápolis, Goiás, entre as décadas de 1910 e 1940. Para tanto, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, além de uma análise crítica de documentos oficiais e registros históricos que permitiram compreender os contextos político, econômico e social da época.

As fontes primárias incluem documentos oficiais, como os relatórios de governo e as atas de reuniões da Intendência Municipal de Anápolis, entre os quais destacam-se as atas de reuniões do conselho municipal, os pareceres técnicos e as correspondências relacionadas às obras públicas da cidade. Esses documentos forneceram informações sobre os projetos de infraestrutura, como a pavimentação de ruas, a construção de pontes e a instalação de serviços públicos. Além disso, o levantamento de dados em jornais da época foi fundamental para entender como as transformações urbanas eram percebidas pela população local e como os gestores públicos e os profissionais envolvidos nessas mudanças eram tratados na imprensa.

Outro tipo de fonte primária foi a consulta aos arquivos de obras públicas de Anápolis, como projetos de construção e projetos arquitetônicos. Esses documentos permitiram visualizar as intenções de planejamento urbano e os desafios enfrentados pelos responsáveis pelas intervenções.

As fontes secundárias englobam livros, artigos acadêmicos e dissertações que discutem a história de Anápolis, a evolução urbana de Goiás e a urbanização das cidades brasileiras no início do século XX. Essas fontes forneceram o referencial teórico necessário para contextualizar a análise histórica, bem como para interpretar as informações obtidas nas fontes primárias.

O processo de análise das fontes documentais foi realizado por meio de uma leitura crítica e interpretativa dos textos, com o objetivo de identificar as principais intervenções urbanísticas, os agentes envolvidos e os impactos dessas obras no processo de urbanização de Anápolis. Além disso, a análise iconográfica das fotografias e ilustrações da época permitiu complementar a compreensão das transformações visuais e espaciais que ocorreram na cidade, evidenciando, por exemplo, a

evolução do centro urbano e a introdução de novos elementos arquitetônicos, como o calçamento de ruas e a construção de novos edifícios públicos.

A análise de imagens foi fundamental para traçar paralelos entre os discursos oficiais, os projetos e a realidade urbana experimentada pela população, considerando a discrepância entre os planos idealizados e os resultados obtidos. A iconografia revelou não apenas as mudanças físicas, mas também os elementos simbólicos da modernização incorporados à cidade.

Para complementar a pesquisa documental, foram realizadas leituras da história urbana através dos relatos dos autores memorialistas, historiadores locais / profissionais de áreas correlatas. Seus escritos possibilitam uma compreensão mais profunda sobre os desafios enfrentados pelos gestores públicos de Anápolis e pelos profissionais da construção civil na época, assim como sobre os processos de tomada de decisão em relação à escolha das obras urbanísticas.

Embora não fosse o foco principal da pesquisa, o levantamento de testemunhos orais de antigos moradores de Anápolis, que ainda mantêm memórias sobre as primeiras transformações da cidade, é um recurso valioso. Essas narrativas ajudam a estabelecer uma conexão entre o passado e o presente, proporcionando uma visão sobre as percepções locais das mudanças urbanísticas e o impacto dessas mudanças na vida cotidiana.

A análise dos dados coletados segue, enfim, uma metodologia de triangulação, que consiste em confrontar as informações extraídas das fontes documentais, iconográficas e dos testemunhos orais. Esse procedimento permitiu identificar convergências e divergências nas interpretações dos diversos tipos de fontes e, assim, construir um quadro mais completo sobre a atuação dos agentes nos processos de urbanização de Anápolis no início do século XX. Além disso, a análise levou em consideração o contexto político e econômico nacional, com foco nas transformações ocorridas no Brasil durante as primeiras décadas do período republicano, especialmente no que diz respeito ao movimento de modernização das cidades e à centralização administrativa, que culminaria na criação de Goiânia como nova capital do estado.

Para facilitar a interpretação dos dados, foi realizada uma análise temática, com a divisão dos resultados em tópicos que abordam diferentes aspectos da urbanização da cidade, como as infraestruturas, o papel dos profissionais envolvidos, as influências externas e as implicações das políticas públicas. Dessa forma, o estudo busca oferecer uma visão integrada do processo

de urbanização de Anápolis, destacando as interações entre os agentes urbanos e os fatores externos que condicionaram as mudanças no espaço urbano.

RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da análise das fontes documentais e da iconografia revelaram uma série de aspectos importantes sobre a urbanização de Anápolis no início do século XX. A seguir, apresentamos os principais achados, organizados de acordo com os temas mais relevantes para a investigação.

O Papel dos Agentes Públicos e Profissionais da Construção

Os documentos analisados indicam que as primeiras obras de urbanização de Anápolis foram conduzidas principalmente por agentes públicos vinculados à Intendência Municipal, durante as décadas de 1920 e 1930, embora a cidade não contasse com uma estrutura formalizada de planejamento urbano, como a criação de um departamento específico para a execução de projetos de infraestrutura. O trabalho de ‘urbanização’ (ajardinamento, pavimentação e embelezamento) era, portanto, realizado, por funcionários públicos, mas sem a presença de profissionais especializados em urbanismo, como engenheiros civis ou arquitetos (figura 01).

Figura 01: Obras de Calçamento na Rua Dr. Genserico. Ao final da década de 1920. Ao lado a Praça João Pessoa, onde já se percebe calçamento e arborização, projeto de autoria do artista plástico local Oswaldo Verano.



Fonte: MHA, 2025.

Os responsáveis pelas obras de infraestrutura eram, em grande parte empreiteiros locais, que utilizavam as habilidades tradicionais de construção civil, sem o respaldo técnico formal. Embora alguns dos projetos mais

complexos, como a construção de pontes e o calçamento de ruas, tenham sido supervisionados por agrimensores, topógrafos e engenheiros de outras cidades (Correio Oficial, 1911), a maioria das intervenções urbanas era realizada conforme as necessidades imediatas da cidade.

Infraestrutura e Serviços Públicos

A introdução de serviços públicos básicos, como a pavimentação de ruas, a instalação de iluminação pública e a construção de pontes, foi um dos marcos mais significativos da urbanização de Anápolis nas primeiras décadas do século XX (figura 02). O processo de pavimentação das ruas, por exemplo, foi realizado de maneira gradual e, inicialmente, concentrado nas áreas mais centrais da cidade. Foi necessária a construção de pontes sobre os córregos locais e a ampliação das vias de acesso também foi essencial para facilitar a circulação e a conexão com outros municípios da região.

Figura 02: Agrimensores fazendo uma leitura topográfica para pavimentação, ao final de década de 1930.



Fonte: MHA, 2025.

No entanto, esses projetos de infraestrutura eram frequentemente limitados pela falta de recursos e pela ausência elaborações em projetos urbanos, ou seja eram feitos empiricamente. O conceito atual de planejamento urbano, não era aplicado, sendo os projetos urbanos nomeados e d Planos e executados para atender à demanda local, sem necessariamente haver um planejamento para demandas futuras. A gestão pública local enfrentava dificuldades financeiras e dependia, muitas vezes, de empréstimos estaduais e federais para viabilizar as obras, o que resultava em um processo de urbanização mais lento e com intervalos significativos entre as grandes intervenções, que vem a ocorrer a partir da década de 1930, quando percebe-se o início da

institucionalização do urbanismo com a criação de departamentos específicos na Intendência Municipal. Este período coincide com as mudanças políticas do estado novo, incluindo as alterações administrativas com a centralização do poder e ao mesmo tempo o fortalecimento dos órgãos público, tendo como destaque a atuação dos urbanistas no início da formação do pensamento urbanístico nacional (Leme, 1999)

A Influência da Estrada de Ferro Goiás

Inicialmente a expectativa e, depois propriamente, a chegada da Estrada de Ferro Goiás, em 1935, teve um impacto profundo sobre a urbanização de Anápolis. Nesse contexto, a cidade não apenas viu aumentar o fluxo de mercadorias e pessoas, mas também uma nova dinâmica para o desenvolvimento urbano, estimulando a construção de armazéns – os quais serviam tanto para a armazenagem propriamente dita, quanto para vendas –, ampliação do comércio e, conseqüentemente, a expansão de áreas residenciais.

Além disso, a presença da ferrovia (figura 03) também trouxe de profissionais para a cidade, como os maquinistas, engenheiros e trabalhadores da construção civil, que contribuíram para a formação de uma nova identidade urbana, mais voltada para o comércio e para o transporte. Isso, por sua vez, acelerou a necessidade de modernização das infraestruturas urbanas, como a pavimentação de ruas e a instalação de serviços de saneamento básico.

Figura 03: Engenheiros e Técnicos da Companhia da Estrada de Ferro Goiás (CEFG) sobre o pontilhão de passagem do trem, que atravessa o córrego das Antas. Na foto, o Engenheiro José Fernandes Valente e o Construtor Antônio Vento.



Fonte: MHA, 2025.

A Influência das Políticas Públicas de Modernização

Também é importante salientar que as políticas públicas de modernização que estavam em andamento no Brasil durante o governo Vargas, especialmente nas décadas de

1930 e 1940, influenciaram diretamente a urbanização de Anápolis. Por exemplo, a construção de Goiânia nova capital estadual, que se inicia em 1933, reverbera significativamente para a inserção da cidade em um eixo rodoviário, trazendo para Goiás melhorias das condições de vida, investimentos para o desenvolvimento do comércio e da indústria.

Entre as décadas de 1930 a 1950, a Estação Ferroviária de Anápolis foi a última de todo o trecho, promovendo o fenômeno de ponta de linha, até a inauguração da Estação em Goiânia, no início da década de 1950. O aumento populacional de Anápolis foi impulsionado pelo transporte ferroviário, tendo como consequência direta a demanda por novas habitações e a expansão urbana através da criação de novos loteamentos.

DISCUSSÃO

Este trabalho partiu do pressuposto de que o processo de urbanização de Anápolis, no início do século XX, não foi resultado apenas de dinâmicas espontâneas de crescimento populacional ou de decisões políticas isoladas, mas sim de uma rede interrelacional de agentes, circunstâncias e políticas públicas — ou sua ausência. Tudo isso interagindo com as condições locais, sejam elas fundacionais – que apontam para as origens da fundação da cidade –, sejam elas de formação cultural, econômica e sociopolítica do período. A análise e crítica documental e historiográfica revelou uma urbanização marcada pela intermitência ou descontinuidade, pela mudança constante de departamentos administrativos, causando rupturas institucionais e atrasos nas obras, além da ausência de um corpo técnico estável.

As documentações analisadas mostraram que durante as décadas de 1900 a 1920 havia entre os profissionais da construção civil pedreiros, construtores e agrimensores (Correio Oficial, 1911); nas décadas seguintes encontram-se anúncios de engenheiros civis, sanitaristas, agrimensores e também de construtores, especializados além da construção tradicional, no concreto, uma novidade ainda nos anos de 1930 (Almanak laemmert, 1936). Da década de 1940 em diante percebe-se a atuação de engenheiros arquitetos na cidade, além dos outros profissionais. (Anápolis, 1949 e Friedmann, 1955)

Dentre esses profissionais, destacam-se:

Getúlio Siqueira, por exemplo, foi Diretor do Departamento de Engenharia e Produção (DEP), que ao final da década de 1940 executou o Plano e Projeto de Saneamento Público de Anápolis, instalado gradativamente nos anos seguintes. É autor do projeto do

naturais de Anápolis, começa a atuar na cidade, como o caso de Ivonio Vento, filho do construtor Antonio Vento, formado na Escola de Arquitetura de Minas Gerais, no final da década de 1940.

Ferro Goiás (EFG), em 1935, foi decisiva nesse processo, influenciando desde os anos 1920 decisões sobre ocupação territorial. A nova localização da estação valorizou áreas periféricas e induziu transformações no uso do solo.

Sem um plano diretor, as intervenções urbanas ocorreram de forma fragmentada e dispersa. Indaga-se quais seriam as consequências para os ausentes critérios técnicos, com respeito por exemplo a hierarquização viária e a implantação de espaços públicos. Também, sobre a dificuldade da municipalidade em instalar redes de água e esgoto, dada sua limitação financeira, quais impactos urbanos duradouros teriam ocorrido?

Além disso, observamos que a expansão urbana foi influenciada pela proximidade de estradas e propriedades de famílias influentes, revelando a força dos interesses privados. Quais foram os impactos disso para a circulação viária, e até mesmo questões ambientais como por exemplo a drenagem pluvial?

O contexto político nacional também teve impacto. A Primeira República conferiu maior autonomia aos municípios, mas sem recursos suficientes. Nesse paradoxo, a Intendência Municipal de Anápolis atuava com legitimidade, mas sem capacidade técnica e financeira para planejar mudanças profundas. Cargos públicos eram ocupados por vínculos pessoais e os agentes locais exerciam múltiplas funções.

Embora o discurso da modernização estivesse presente nos documentos, sua materialização era limitada e dependente de agentes e aportes externos. Essa provavelmente foi a maneira encontrada para conciliar as práticas e improvisações locais com as tentativas de adaptação à modernidade que se impunha no país.

Assim sendo, obras como escolas, hospitais, iluminação e calçamento foram fruto de atuações descontínuas, o que gerou uma malha urbana marcada por peculiaridades surgidas nas contingências ou nas urgências.

Nesse contexto, não é possível se falar em urbanismo. Porém, com base em análise documental e historiográfica a abordagem qualitativa adotada neste estudo, mostrou-se eficaz para compreender a urbanização como processo social permeado por conflitos e interesses múltiplos.

Ainda que haja limitações nas fontes disponíveis, os dados confirmam a hipótese de que a urbanização inicial de Anápolis careceu de planejamento formal e foi conduzida por agentes não especializados.

Essa formação urbana inicial gerou desigualdades socioespaciais que ainda persistem. A compreensão crítica desses processos evidencia sobreposições de usos, carência de hierarquia viária, concentração e

Figura 06: Anúncio do Engenheiro Arquiteto, Ivonio Vento.



Figura 06: Jornal O Anápolis, 1952, no MHA, 2025.

Nas primeiras décadas do século XX, existem poucos registros consistentes da atuação sistemática de engenheiros, arquitetos, urbanistas ou topógrafos vinculados à administração municipal de Anápolis. Profissionais dessa natureza eram contratados esporadicamente para atender a demandas pontuais, como obras de infraestrutura e regularização fundiária.

Assim sendo, os processos de urbanização ocorreram sem planejamento técnico local, caracterizando um período de transição em que prevalecia o pragmatismo. Com isso, não se poderia esperar prognósticos mais elaborados e mais abrangentes, com respeito a futuras expansões do espaço urbano, em suas implicações sócio ambientais ou de embelezamento urbano.

Observa-se que influências locais — culturais, políticas e econômicas — tiveram maior peso na conformação dos espaços livres em correlações com os edificados, e suas distribuições na malha urbana.

Ao mapearmos os principais condicionantes e agentes da formação urbana de Anápolis, observamos ser relevantes ponderar as influências externas – estadual e federal – quanto aos contributos técnicos. A chegada da Estrada de

dispersão urbanas. Muitos efeitos dessas características da formação urbana inicial ainda moldam as políticas públicas atuais.

Este estudo contribui, portanto, para a reflexão sobre a formação das cidades médias no Brasil Central, revelando como a trajetória de Anápolis expressa os limites e contradições da modernização urbana sem institucionalidade técnica consolidada.

CONCLUSÕES

A partir da análise documental e historiográfica realizada foi possível compreender que o processo de urbanização de Anápolis, no início do século XX, esteve fortemente condicionado por fatores políticos, sociais e econômicos, e não apenas por iniciativas técnicas ou planejadas. A cidade emergiu como um entreposto comercial relevante no interior de Goiás, mas sua consolidação urbana ocorreu de maneira fragmentada, sem o suporte de políticas públicas sistematizadas ou de profissionais especializados em planejamento e execução de obras urbanas.

O estudo evidenciou que, apesar da ausência de um corpo técnico fixo na Intendência Municipal, no início do século XX, houve a atuação pontual de técnicos, geralmente vinculados ao governo estadual, para a realização de obras de infraestrutura elementares. A cidade foi sendo moldada, portanto, por decisões políticas locais, interesses fundiários e necessidades imediatas da população — contexto que gerou uma urbanização heterogênea e, muitas vezes, desigual.

A investigação também mostrou que as transformações políticas no Brasil, especialmente a descentralização administrativa da Primeira República, impactaram a gestão urbana municipal, ao mesmo tempo em que expuseram sua fragilidade institucional. Tais fatores deixaram marcas duradouras no tecido urbano anapolino, cujos reflexos ainda são perceptíveis, principalmente na malha viária resultante da remoção dos trilhos da Estrada de Ferro Goiaz.

Conclui-se que compreender as origens do urbanismo em Anápolis é fundamental para refletir sobre os desafios contemporâneos da cidade. Os resultados aqui apresentados contribuem para o aprofundamento dos estudos urbanos no Centro-Oeste brasileiro e apontam a necessidade de maior valorização da memória urbana nos processos de planejamento atuais.

REFERÊNCIAS

ALMANAK LAEMMERT: administrativo, mercantil e industrial. Rio de Janeiro, n. A00092, p. 523, 1936.

Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=116997&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ANÁPOLIS, **Guia prático da Cidade de Anápolis.** 1949. 138fls. Acervo do instituto Jan Magalinski, 2025.

ANÁPOLIS, Museu Histórico de. **Acervo Iconográfico.** 2025.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis.** Goiânia: Editora Cerne. 1975, 300p.

CORREIO OFFICIAL – Estados Unidos do Brazil. Goyaz, ano 1, n. 21, 6 jul. 1911. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=167487&pagfis=6528>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FARIA, R. S. de, & CERASOLI, J. F. (2013). Editorial: Urbanistas e Urbanismo no Brasil. **URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade**, 5(1), 1-5.

FILHO, Francisco Lopes. Azeredo. **Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis.** São João da Boa Vista: Tipografia Artística A. Guarita & Cia, 1937.

CEPEDOC. **Acervo das Caixas de 1947 e 1948.** Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Legislativa de Anápolis. 2019.

FELDMAN, Sarah. “O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/empresas de engenharia consultiva”. In: **Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR**, Salvador, 2005.

FERREIRA, Haydeé Jaime. **Anápolis, sua vida, seu povo.** Brasília. 1979, 437p.

FRANÇA, Maria de Sousa. A formação histórica da cidade de Anápolis e a sua área de Influência regional. In **Separata dos anais do VII Simpósio Nacional – ANPUH:** Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973.

FRIEDMANN, Joao. **Anápolis: Guia Prático de Anápolis.** Anápolis: Governo Municipal, 1955.

LAEMMERT, Almanak. Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) 1891 a 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=116997&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em 20 de abr de 2025.

LEME, Maria Cristina da Silva. “A Formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965”; n. **Urbanismo no Brasil 1895-1965.** São Paulo: Fupam, Studio Nobel, 1999.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Anápolis nos tempos da ferrovia**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 1995.

RÉZIO, Tiago José Duarte. **A Tradição do novo. Uma análise das transformações da Avenida Brasil na cidade de Anápolis (1960-2014)** 2015. 118fls.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades) Programa de Pós Graduação TECEER.
Anápolis, Go.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.